

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT03.009

## ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE DE SEGUNDO GRAU NA PARAÍBA (1940)

Vívia de Melo Silva<sup>1</sup>  
Matheus Wesley Pereira dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de implementação e expansão do ensino profissional no estado da Paraíba, tendo como recorte temporal os anos que compreendem a década de 40 do século XX. Surgindo como resultado do projeto de pesquisa “Ensino Médio Profissional na Paraíba durante a década de 1940” do qual teve como plano de trabalho o “Ensino Médio Profissional na Paraíba: instauração e funcionamento na década de 1940”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB) da Universidade Federal da Paraíba. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa documental realizada a partir do levantamento bibliográfico, levantamento documental e análise dos dados. Citamos como alguns dos estudos bibliográficos estudados: Abreu (2005), Dallabrida (2009), Nunes (1999), Medeiros et al (2018), Aquino (2022), Cidadinno (1998), Zanlorense e Santos (2017), entre outros. Referindo-se ao levantamento documental, utilizamos o jornal A União, disponível no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), como também no acervo digital disponibilizado pela FUNESC, além das Atas e Projetos de Lei no arquivo histórico da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB). Para a análise documental optamos pelo “paradigma indiciário” idealizado por Ginzburg (1996). Como resultado, apontamos para a forte influência do dualismo educacional na Paraíba, evidenciado nos artigos publicados no jornal A União, como também a predominância do ensino secundário normal em relação aos outros cursos técnico-profissionalizantes. Por fim, apontamos para a forte presença desse ensino nas

1 Doutora e Mestre em Educação - UFPB, professora do Centro de Educação - CE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [vms@academico.ufpb.br](mailto:vms@academico.ufpb.br);

2 Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, [matheuswesleyreal2020@gmail.com](mailto:matheuswesleyreal2020@gmail.com).

idades das mesorregiões paraibanas nomeadas por Agreste paraibano e Sertão paraibano, diferente da região da Mata paraibana, principalmente em João Pessoa, que concentra a maioria dos cursos profissionais diferentes do ensino normal.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Ensino Normal, Paraíba.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo divulgar os desfechos do projeto de pesquisa denominado “Ensino Médio profissional na Paraíba: instauração e funcionamento na década de 1940”, especialmente o plano de trabalho vinculado a este projeto, intitulado “Ensino Técnico no Ensino Médio na Paraíba na década de 1940”. O projeto foi realizado entre setembro de 2022 a agosto de 2023 e foi vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A partir dos anos de 1940, segundo Dallabrida (2014) e Nunes (1999), há uma considerável ampliação dos estabelecimentos de ensino médio no Brasil, no intuito de aumentar a formação da juventude da época e de promover a qualificação de trabalhadores para as novas indústrias e organizações econômica e social que se instauravam nestes anos no país. De acordo com Nunes (1999, p.25), “as funções da escola [de nível médio] brasileira começaram a ser questionadas no momento em que os novos rumos do capitalismo, no país, assim o exigiram”.

Neste sentido, na década de 1940, alastrou-se no país uma luta para modernização do ensino pós-primário, influenciada pelos processos de redemocratização e consolidação do capitalismo industrial. Essa luta por mudanças no ensino brasileiro atentou para as demandas da nova conjuntura política, econômica, social e cultural implantadas na época. Em decorrência disso, houve um duplo investimento na educação brasileira: um no ensino secundário e outro no ensino técnico-profissional, especificando, desta forma, o chamado “dualismo educacional”. Neste sentido, é nosso intuito com este trabalho especificar esse movimento de instauração e funcionamento do ensino médio profissional no estado da Paraíba.

Para tanto, o objetivo deste estudo foi analisar o processo de criação e expansão do ensino profissional de grau secundário na Paraíba, durante os anos de 1940. Para tanto, foi fundamental o debruçar acerca dos estudos já sistematizados na área, principalmente os resultados de pesquisas acadêmicas, no sentido de identificar o que já foi produzido acerca da temática.

Ademais, com base em Ginzburg (1989) e Le Goff (1996) foi desenvolvido levantamento documental, mediante pesquisa no Arquivo Histórico Waldemar Duarte da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), onde podemos encontrar exemplares do jornal A União, documentos avulsos como dispositivos legais e

no arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, no qual foi possível localizar atas, leis, projetos de criação de instituições escolares e outros documentos. Além disso, procedemos com o tratamento das fontes, promovendo articulações entre elas e observando as informações implícitas, articulando-as com nosso aporte teórico-metodológico.

Resumidamente, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, serão apresentados os objetivos, os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa, seguidos pelos resultados e discussão da análise dos dados obtidos e, por fim, serão apresentadas as conclusões deste estudo.

## **METODOLOGIA**

Realizamos a pesquisa histórico-educacional mediante estudo bibliográfico, levantamento documental e análise documental. Dentre os autores consultados, destacamos Abreu (2005), Dallabrida (2009), Nunes (1999), Medeiros et al (2018), Aquino (2022), Cidadinno (1998), Zanlorense e Santos (2017) e outras obras que abordam conceitos, contextos históricos e teorias de pesquisa utilizadas neste estudo.

No que diz respeito ao levantamento documental, utilizamos fontes provenientes de dois arquivos históricos do estado. Inicialmente, examinamos os exemplares do Jornal A União no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), como também no acervo digital disponibilizado pela FUNESC. Em seguida, investigamos as Atas e Projetos de Lei no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB). Os documentos da ALPB eram organizados em caixas-arquivo com uma identificação padronizada, que incluía a ordem cronológica dos anos, meses, numeração das caixas, número total de documentos e número da legenda. Essa organização facilitava o acesso e a catalogação dos documentos. Vale ressaltar que, em relação à disponibilidade dos anos no arquivo, para a década de 1940, apenas os exemplares dos anos de 1947 a 1949 estavam disponíveis (provavelmente devido ao período do Estado Novo), porém, estavam em um estado de deterioração considerável devido à ação do tempo.

Por outro lado, os documentos do arquivo da FUNESC estavam compilados em volumes que abrangiam um período de um a quatro meses do ano. Inicialmente, essa organização dificultava a catalogação, mas o arquivo era mais

completo e abrangia todo o período pesquisado em termos de disponibilidade de documentos.

Ao encontrar os documentos relacionados ao objetivo da pesquisa, registramos fotograficamente e anotamos a localização da fonte, arquivando os registros posteriormente no Google Drive.

Para a análise documental, adotamos a concepção de “documento/monumento” proposta por Le Goff (1996), que define esses elementos como materiais da memória coletiva e da história. Segundo o autor, o documento é a escolha do historiador, enquanto o monumento é a herança do passado que mantém vivas as memórias.

Outro embasamento teórico utilizado em nossa pesquisa foi o “paradigma indiciário” de Ginzburg (1989), que estabelece a capacidade de, a partir de dados aparentemente insignificantes, reconstruir uma realidade complexa que não pode ser diretamente experimentada. Esse conceito reconhece que os indícios secundários ou negligenciáveis são relevantes para a compreensão de um sistema vigente no período em que o documento investigado foi produzido.

É importante ressaltar que os documentos não são neutros, pois representam a perspectiva de uma pessoa e/ou órgão responsável por sua elaboração (Bacellar, 2005). Destacamos que trabalhamos com os documentos com um olhar crítico, considerando as intenções de quem o produziu e procurando fazer a sua contextualização. Também desenvolvemos um diálogo entre a bibliografia consultada e a análise das informações encontradas nos arquivos históricos, promovendo uma compreensão aprofundada e levantando questionamentos pertinentes aos objetivos da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período da Era Vargas (1930-1945) no Brasil foi marcado por transformações significativas e pela atenção crescente à educação. Historicamente, a educação no país era restrita a uma minoria. No entanto, com a industrialização e a necessidade de mão de obra qualificada, a importância da educação aumentou. Durante a Era Vargas, a educação passou a ser vista como uma ferramenta para difundir ideologias e preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Houve uma ampliação do acesso à educação, impulsionada pelas demandas das elites políticas e pela necessidade econômica de qualificar os trabalhadores para atender às demandas do sistema econômico em moderniza-

ção. No entanto, essa ampliação foi desigual e refletiu as desigualdades sociais existentes (Batista, 2021).

O trabalho manual, associado às classes menos privilegiadas, era menos valorizado em comparação ao trabalho intelectual, reservado à elite – no sentido do status social. O sistema educacional brasileiro também refletiu essa divisão, com a educação técnico-profissional destinada aos mais pobres e o acesso ao ensino superior reservado aos mais ricos. Por isso, essa dicotomia social e desigualdade de oportunidades educacionais contribuíram para a perpetuação das desigualdades sociais no Brasil. A educação, em lugar de ser um agente de transformação e igualdade, acabou refletindo e reforçando as disparidades existentes na sociedade brasileira (Neta et al., 2018).

Após o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil passou por um processo de redemocratização e necessitava de um novo ordenamento jurídico para refletir essa nova realidade. Foi promulgada em 1946 a quarta Constituição da República, que se destacou por garantir as liberdades individuais como principal característica. O presidente do Brasil na época da promulgação da Constituição de 1946 era Eurico Gaspar Dutra. Ele foi eleito presidente em 1945 e governou o país de 1946 a 1951. Dutra foi o primeiro presidente civil após o período do Estado Novo, encerrando o regime autoritário de Getúlio Vargas. Durante seu mandato, foi promulgada a nova Constituição, que estabeleceu as bases para a redemocratização do país.

No artigo 5º, XV, d) da Constituição de 1946, ficou estabelecido que a União tinha a competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Isso significa que a responsabilidade pela definição das políticas educacionais e dos princípios norteadores da educação ficava a cargo do governo federal. Além disso, a Constituição também proibiu a União, os estados e os municípios de lançar impostos sobre as instituições de educação e assistência social, desde que suas rendas fossem integralmente aplicadas no país. Essa medida visava proteger as instituições educacionais e de assistência social, garantindo que os recursos obtidos por elas fossem direcionados exclusivamente para a promoção do desenvolvimento nacional. Com a promulgação da Constituição de 1946, a educação passou a ser um tema central de discussão e de competência da União. Essa mudança constitucional estabeleceu as bases para a definição de políticas educacionais no país e protegeu as instituições educacionais de sobrecarga tributária, possibilitando que seus recursos fossem investidos no fortalecimento do sistema educacional brasileiro (Silva, 2009).

No estado da Paraíba, a história da educação também refletiu as desigualdades sociais presentes no Brasil. Assim como em âmbito nacional, a educação foi historicamente privilegiada em detrimento das camadas populares menos favorecidas econômico e socialmente. Já no início da década de 1940 o presidente Getúlio Vargas decidiu conceder a exoneração a Argemiro de Figueiredo, em 28 de julho de 1940. E em seu lugar, nomeou Rui Carneiro como interventor da Paraíba. A nomeação de Rui Carneiro foi considerada inusitada e causou estranheza, pois ele era um adversário de Argemiro. A substituição de Argemiro de Figueiredo como interventor da Paraíba por Rui Carneiro ocorreu após um inquérito realizado e devido à situação de desprestígio em que Argemiro se encontrava (Silva, 2013).

**Imagem 1:** Governador Rui Carneiro



**Fonte:** Jornal A União.

No decorrer da pesquisa no Arquivo Histórico Waldemar Bispo do Duarte da FUNESC, chamou nossa atenção a abundância de artigos e reportagens que enfatizavam a importância do ensino técnico-profissionalizante na época e durante a interventoria de Rui Carneiro (1940-1945), contrastando com a ausên-

cia de produções que questionassem a ênfase dada pelo governo na promoção dessa educação em todo o Brasil. Essa falta de questionamento pode ser atribuída ao caráter centralizador e autoritário do governo de Getúlio Vargas, o que refletia no estado da Paraíba, que tinha o poder de legislar sobre todos os assuntos, incluindo a educação, por meio de decretos e portarias, uma vez que não havia a participação do Parlamento. Isso fica evidente nas Leis Orgânicas do Ensino (Pessanha; Silva, 2014).

É importante mencionar que os artigos e reportagens citados não representam apenas as opiniões de seus autores, o que por si só já seria significativo, como descrito por Bacellar (2005), mas também, de acordo com a definição de monumento de Le Goff (1996), essas fontes são uma representação da sociedade em si e de como ela desejava ser vista, lembrada e perpetuada.

Dentre os artigos encontrados, destaca-se o (1) artigo “Ensino Técnico” de 1943 do jornal A União, que ressaltava a preocupação do governo com esse modelo de ensino e como ele legitimava suas ações em consonância com a Constituição de 1937:

A Constituição de 10 de novembro, ao legislar sobre esse assunto, impulsionou de maneira significativa a solução do problema que já vinha recebendo atenção do presidente Getúlio Vargas desde o início de seu governo. O Estado tem direcionado a formação intelectual da juventude brasileira para uma abordagem mais prática e técnica (jornal A União, 1943, p. 3).

Inicialmente, esse trecho do artigo cria uma compreensão equivocada de que esse modelo de ensino era destinado a toda a juventude brasileira, independentemente da classe social à qual pertencia. No entanto, Nunes (1999) observa que houve uma diferenciação na oferta do ensino secundário e nos objetivos pretendidos, de acordo com as classes sociais ocupadas. No ensino técnico-profissional (industrial, comercial, normal e agrícola), a formação visava à força de trabalho, enquanto para a elite, a formação enciclopédica era considerada prioritária, ao focarmos no (2) artigo “O Estado Moderno e o problema das élites” do jornal A União, notamos a validação da ideia de Nunes (1999) em produzir diferentes tipos de educação de acordo com a classe social, porém o artigo vai além, pois atribui ao Estado a responsabilidade de formar elites capazes de educar as massas, porque:

Dentro dos quadros de um regime como esse, é evidente que a questão do ensino secundário, técnico-profissional, deve ser o

centro de interesse de qualquer política educacional. Por quê? Porque, no Estado Moderno, o objetivo principal dos sistemas educacionais não é apenas educar as massas, mas preparar elites que as eduquem (Jornal A União, 1943, p. 9).

Dessa forma, essa concepção foi institucionalizada por meio de regulamentações anteriores a esse artigo, como a Reforma Francisco Campos (1931), que dividia o ensino secundário em dois ciclos: um fundamental de cinco anos e um complementar de dois anos, e a Reforma Gustavo Capanema (1942), que manteve a divisão, apenas alterando a nomenclatura e a duração, com quatro anos de ginásio e três anos de colegial. Segundo Souza e Dallabrida (2021), com a divisão do ensino secundário, o primeiro ciclo, com ênfase na formação para o trabalho, tornou-se mais acessível aos estudantes com menos recursos financeiros, enquanto o segundo ciclo, que garantia o acesso a cursos superiores, adquiriu um caráter altamente elitista.

O estado teve como governadores/interventores outros nomes como: Samuel Duarte (1945-1945), Severino Montenegro (1945-1946), Odon Bezerra Cavalcanti (1946-1946), José Gomes da Silva (1946-1947) e Osvaldo Trigueiro (1947-1951). Contudo, como o foco do nosso estudo foi encontrado no período de Rui Carneiro, demos essa ênfase.

Durante o período de 1937 a 1946, o Brasil foi subjugado pela ditadura de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo. Toda a legislação promulgada nessa época refletiu a articulação dos ideais nacionalistas de Vargas e seu projeto político-ideológico. Conforme Neta et al. (2018) a Reforma Capanema (1942-1946) entrou em vigor, estabelecendo as Leis Orgânicas do Ensino por meio de Decretos-Lei, que moldaram o sistema educacional brasileiro.

Essas leis estruturaram o ensino industrial, reformaram o ensino comercial, introduziram alterações no ensino secundário e criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

No contexto da Era Vargas, observou-se um fortalecimento da dualidade na educação, com restrições significativas ao acesso ao ensino superior. Apenas os formados em educação média podiam ingressar em cursos superiores relacionados à mesma área, ou seja, não havia liberdade de escolha para carreiras diferentes. Por outro lado, não havia restrições para os alunos do ensino secundário, que tinham acesso ao ensino superior. Essa configuração refletia uma influência fascista na elaboração dos decretos-lei, principalmente no Decreto-Lei do Ensino Secundário, pois restringia o acesso ao ensino superior às classes

dominantes, perpetuando o poder e ampliando a distância entre elas e as classes mais pobres e subalternas (Neta *et al.*, 2018).

As Leis Orgânicas do Ensino foram estabelecidas por meio de Decretos-Lei, que possuem a força de lei e são emitidos pelo poder executivo, de maneira semelhante às Medidas Provisórias. No entanto, como apontado por Romanelli (2005 *apud* Neta *et al.*, 2018), essa reforma foi limitada e não abrangente, pois não contemplou toda a educação brasileira. Os Decretos-lei tratavam de cada nível de ensino separadamente, sem uma visão integrada. Conforme Manfredi (2002), as Leis Orgânicas do Ensino tinham como objetivo promover grupos políticos, com clara tendência de favorecer a classe dominante em detrimento das classes mais pobres.

Os currículos foram reformulados e o ensino secundário foi colocado em oposição ao ensino técnico-profissional, embora houvesse uma necessidade de formação de mão de obra qualificada na época. De acordo com Romanelli (2005 *apud* Neta *et al.*, 2018), em 1942, alguns ramos do ensino começaram a ser reestruturados de forma parcial, mas era necessário realizar reformas mais abrangentes naquela época. Durante os últimos três anos do Estado Novo, foram implementados apenas os seguintes Decretos-lei sob a gestão de Gustavo Capanema: a estruturação do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30/01/1942), a criação do SENAI (Decreto-Lei nº 4.048, de 22/01/1942), a regulamentação do ensino secundário em dois ciclos (ginásial e colegial) (Decreto-Lei nº 4.244 de 9/04/1942) e a reestruturação do ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28/12/1943).

Após a queda de Vargas, a reforma continuou com outros Decretos-lei durante o Governo Provisório de José Linhares, com o então Ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha. Os Decretos-lei estabeleceram a organização do ensino primário supletivo em nível nacional, com duração de dois anos e voltado para adolescentes a partir dos 13 anos e adultos (Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946), a organização do ensino normal (Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946), a criação do SENAC (Decretos-Lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946) e a organização do ensino agrícola (Decreto-Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946) (NETA *et al.*, 2018).

A Reforma Capanema, através do Decreto-Lei nº 4.422 de 9 de abril de 1942 (Brasil, 1942), criou os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ensino superior. Assim, a educação técnico-profissionalizante, incluía os cursos nor-

mais, técnicos industriais, técnicos comerciais e agrícolas não habilitavam os estudantes a ingressar no ensino superior (ESCOTT; MORAES, 2012).

**Quadro 1:** Instauração de estabelecimentos de ensino médio técnico-profissionalizante na Paraíba na primeira metade do século XX

Município	Nome da Escola	Ano de Criação	Pública/Particular	Curso
Bananeiras	Escola Normal Sagrado Coração de Jesus	1931	Particular	Magistério
	Escola Agro- técnica Vidal de Negreiros	1924	Pública	Técnico em Agropecuária
João Pessoa	Lyceu Industrial da Paraíba	1937	Particular	Alfaiataria
	Instituto Comercial João Pessoa	?	Particular	
	Escola Técnica de Comércio Epitácio Pessoa	?	Particular	
	Escola de Comércio Jean Brando	?	Particular	
	Academia de Comércio Epitácio Pessoa	?	Particular	
	Instituto Comercial Underwood	1928	?	Guarda-Livros
	Escola Normal Rural	?	?	Magistério
	Escola Técnica Gal Jonas Barreto	?	Particular	Comercial Guarda-Livros
	Colégio de N. Senhora das Neves	?	Particular	Magistério
Areia	Escola de Agronomia do Nordeste	1934		Técnico Agrícola
Campina Grande	Escola Normal João Pessoa	1928	Particular	Magistério
Pombal	Escola Normal da Cidade de Pombal	?	?	Magistério
Princesa Isabel	Escola Normal Livre	?	?	Magistério
	Escola Normal Monte Carmelo	1946	Particular	Magistério
Alagoa Grande	Colégio Nossa Senhora do Rosário	1930	Particular	Magistério
Catolé do Rocha	Colégio D. Francisca Mendes	1939	Particular	Magistério
Santa Luzia	Escola Normal Regional de "Santa Luzia"	1947	Particular	Magistério
Guarabira	Escola Normal Regional Nossa Senhora da Luz	1939	Particular	Magistério
Monteiro	Escola Normal Livre	1944	Particular	Magistério

Município	Nome da Escola	Ano de Criação	Pública/Particular	Curso
Itaporanga	Escola Normal Regional Padre Diniz	1945	Particular	Magistério
Sousa	Escola Normal Regional S. José	1939	Particular	Magistério
Cajazeiras	Escola Normal Padre Rolim	1836	Particular	Magistério

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados coletados no arquivo histórico da ALPB e FUNESC e AQUINO (2022).

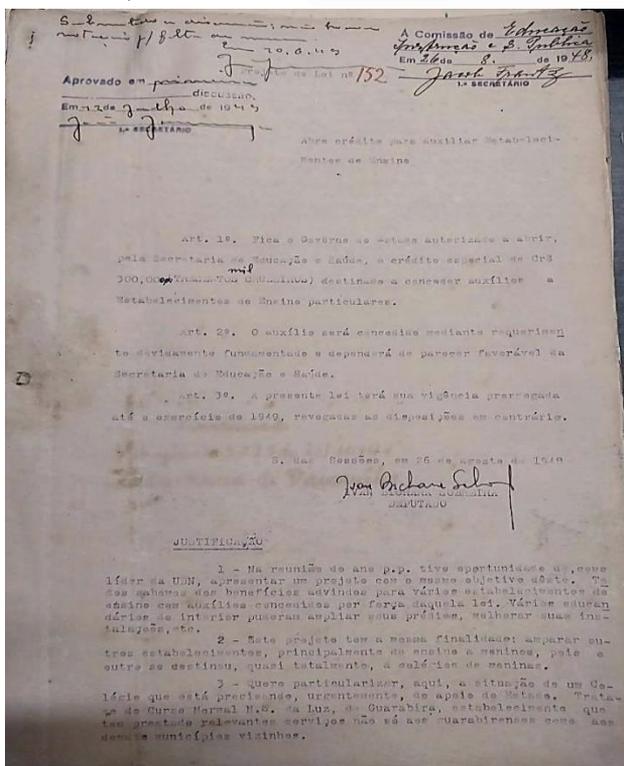
A partir das fontes consultadas, observamos uma notável predominância dos estabelecimentos de ensino que ofertavam o curso normal de iniciativa privada. A importância dada pelo governo à formação de professores primários pode ser compreendida dentro do contexto histórico do período. Getúlio Vargas buscava promover o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o ensino primário era considerado o alicerce para a formação cidadã e para o progresso social e econômico do Brasil, além de contribuir para a inserção no mercado de trabalho das classes menos abastadas, pois:

[...] apostava na inserção social da população com dois intuítos: formar a elite intelectual e oferecer uma formação educacional básica para garantir a sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. Entendia-se que a população sem cultura e sem uma educação mínima não contribuiria para o progresso social (Quadros, 2013, p. 118).

Além disso, demonstrou-se que a capilaridade da oferta dos cursos normais era quase em sua totalidade feita por instituições privadas e que muitas possuíam um caráter confessional. Porém, Aquino (2022) diz que para os representantes da Igreja e do Estado a expansão dos cursos normais representou muito além da formação de professores, mas também, uma estratégia em defesa da propagação dos ideais católicos e controle das escolas confessionais. E como última característica a predominância com oferta para o público feminino.

Essa anuência do Estado fica evidente quando num projeto de Lei nº 152/48, que buscou abrir crédito para auxiliar estabelecimentos de ensino, o deputado Ivan Bichara Sobreira, vinculado à UND, utilizou na segunda justificativa a ausência de subvenções a escola para meninos, pois em sua totalidade eram destinadas a escolas para meninas.

**Imagem 2:** Projeto de Lei nº 152/48

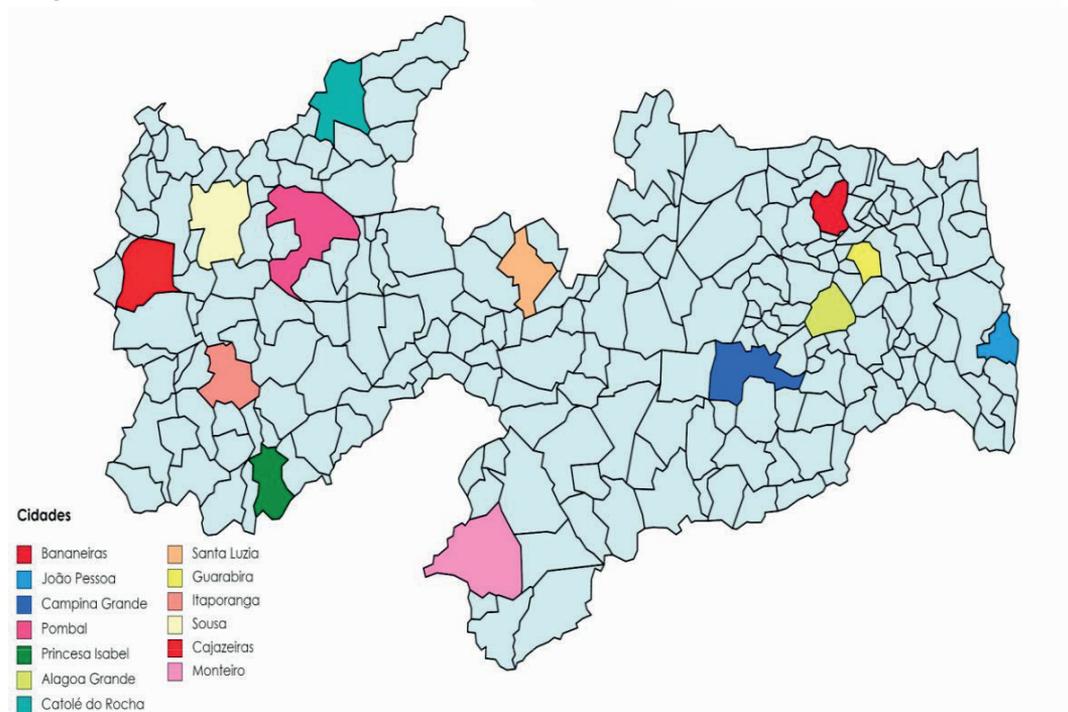


**Fonte:** Arquivo da ALPB, Projetos de Leis do ano de 1948

Além disso, as instituições estavam presentes em diversas cidades do estado da Paraíba, levando a formação de professores a regiões que, muitas vezes, não eram alcançadas pelas instituições públicas. Essa disseminação do ensino normal privado contribuiu para suprir a demanda por profissionais, principalmente no ensino primário, que estava em expansão.

A partir da imagem 3, podemos observar que os estabelecimentos de ensino normal que funcionaram na Paraíba concentram-se predominante nas mesorregiões do Sertão paraibano (6) e Agreste paraibano (4), além disso as mesorregiões Borborema e Mata paraibana tinham 2 e 1 estabelecimentos, respectivamente.

**Imagem 3:** Cidades com Ensino Normal



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados coletados na ALPB e FUNESC e AQUINO (2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da Era Vargas levou a transformações significativas no sistema educacional do país. A atenção à educação cresceu instigada pela necessidade de mão de obra qualificada em meio ao processo de industrialização. Porém, essa expansão foi desigual e acabou por reproduzir as desigualdades sociais já existentes. A centralização no ensino técnico-profissionalizante criou uma dicotomia social que acabou por valorizar o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Essa dicotomia produziu uma perpetuação das desigualdades sociais e nas limitações de oportunidades educacionais para as classes de menor poder aquisitivo.

A partir das Leis Orgânicas do Ensino foram estabelecidas por meio de Decretos-Lei, restringindo o acesso ao ensino superior às elites e mantendo a formação profissionalizante como uma opção para as classes mais pobres. Essa configuração aprofundou as disparidades sociais e dificultou a mobilidade social por meio da educação. Além disso, a educação foi utilizada como uma

ferramenta para disseminar ideologias e preparar os jovens para o mercado de trabalho, conforme os interesses políticos e econômicos da época.

No estado da Paraíba, durante a interventoria de Rui Carneiro, observamos a ênfase dada ao ensino técnico-profissionalizante. Essa ênfase na formação prática e técnica visava atender às demandas do sistema econômico em modernização. No entanto, essa abordagem negligenciou a importância de uma educação mais abrangente e crítica, perpetuando as desigualdades existentes.

Ao caminhar da pesquisa, observamos a presença de instituições de ensino no estado da Paraíba, que ofereciam educação nas áreas industrial, comercial, normal e agrícola, juntamente com o ensino secundário. No entanto, ao analisar a abrangência e a quantidade de oferta, percebe-se que o ensino normal predominava em relação às outras formas de educação profissional no estado. Pois, cidades como Bananeiras, Campina Grande, Pombal, Princesa Isabel, Alagoa Grande, Catolé do Rocha, Santa Luzia, Patos, Guarabira, entre outras, quase exclusivamente ofereciam o ensino normal. No entanto, outros ramos da educação profissional também se destacavam, como o ensino agrícola, representado pela Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros e pela Escola de Agronomia do Nordeste. Essas instituições eram frequentemente mencionadas em reportagens do jornal “A União” como as principais da região, o que se justifica pela importância do setor agrícola no estado naquela época.

## REFERÊNCIAS

A UNIÃO, João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba, Paraíba, ano XLVIII, n.º 179, 13-08-1940, p. 1.

A UNIÃO, João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba, Paraíba, ano LI, n.º 77, 03-04-1943, p. 3-9.

AQUINO, Luciene Chaves De. A expansão do ensino normal na paraíba (1930-1960). CONEDU - História da Educação... Campina Grande: **Realize Editora**, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91179>>. Acesso em: 11/07/2023

BATISTA, Marllon Sérgio Soares. **História e educação**: o papel do professor na era Vargas (1930-1945). São Cristóvão, 2021. Monografia (graduação em

História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição de 1946**. Brasília Centro de Documentação e Informação. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 12 Julho 2023.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos**

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. (pp. 1492-1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et.al]. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NETA, Olivia Morais Medeiros; LIMA, Eva Lídia Maniçoba de; BARBOSA, Juliana Kelle da Silva Freire; NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. Organização e Estrutura da Educação Profissional no Brasil: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. **HOLOS**, [S. l.], v. 4, p. 223–235, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.6981. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6981>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NUNES, Clarice. **Escola e Dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

PESSANHA, Eurize Caldas. SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 - estudo histórico-jurídico comparado do ensino secundário. **Educar em Revista [online]**. 2014, n. 51 [Acessado

6 Março 2023], pp. 67-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602014000100006>>.

PROJETO N.º 152/48, Assembléia Legislativa, Paraíba.

QUADROS, Raquel dos Santos. Gustavo Capanema: a Organização do Ensino Primário Brasileiro no Período de 1934-1945. 131 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2013.

SILVA, Marcos. **História da Educação Brasileira**. 1. ed. São Cristóvão: CESAD-UFS, 2009. v. 700. 170p .

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem**: análise da intervenção de Rui Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945). 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SOUZA-CHALOPA, R. F. de .; DALLABRIDA, N. O ensino secundário e a formação das elites. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/resgate.v29i00.8666906. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8666906>. Acesso em: 3 mar. 2023

ZANLORENSE, Maria Joselia; SANTOS, Almir Paulo dos. O Ideário Liberal nas Reformas Educacionais Brasileira entre 1920 E 1940. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, p. 1-19, 16 mar. 2017.